

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS

COMPETENCE IN INFORMATION FOR PUBLIC POLICIES: HISTORICAL AND CONTEMPORARY REFLECTIONS

MÁRCIO ADRIANO COSTA DOS SANTOS

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7350-7046>

ROR: <https://ror.org/00dna7t83>

ROSILENE AGAPITO DA SILVA LLARENA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5674-543X>

ROR: <https://ror.org/00p9vpz11>

GUILHERMINA DE MELO TERRA

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4214-3782>

ROR: <https://ror.org/02263ky35>

FABIO DOS SANTOS

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6470-4184>

ROR: <https://ror.org/00dna7t83>

¹ Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mestremarcio14@gmail.com

² Pós-Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) mail: lenellarena@gmail.com.

³ Pós-doutora em Museologia. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: guilherminaterra@ufam.edu.br

⁴ Mestre em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: fabio.santos1@ics.ufal.br

**MODALIDADE: RESUMO EXPANDIDO**

Resumo: De natureza bibliográfica, documental, descritiva com técnica de análise de conteúdo e abordagem qualitativa, a pesquisa visou refletir sobre a competência em informação no contexto das políticas públicas, por meio de análise do Relatório da *National Research Council*, sob o olhar estratégico da Competência em Informação, enquanto instrumento amplamente utilizado por educadores e formuladores de políticas públicas como referencial técnico. Buscou-se nos construtos teóricos abordagens que sustentam a Competência em Informação como uma ferramenta e instrumento capazes de qualificar sujeitos com habilidades informacionais, tecnológicas e socioemocionais trabalhados no relatório. Concluiu-se que existe a necessidade de construção de políticas públicas que valorizem e se apropriem de ações de Competência em Informação para o desenvolvimento das competências necessárias ao século XXI, voltadas aos domínios cognitivo, intrapessoal e interpessoal. Considerou-se, nesse contexto como um imperativo diante do paradigma informacional ditado pela dinâmica das tecnologias da informação e comunicação, nesta era digital.

Palavras-chave: Competência em Informação. ColInfo. Política Pública. Relatório da National Research Council.

Abstract: Of a bibliographic, documentary, descriptive nature with a content analysis technique and qualitative approach, the research aimed to reflect on information literacy in the context of public policies through analysis of the National Research Council Report, under the strategic view of ColInfo, as an instrument widely used by educators and public policy makers as a technical reference. Approaches that support ColInfo as a tool and instrument capable of qualifying subjects with informational, technological and socio-emotional skills discussed in the report were sought in theoretical constructs. It was concluded that there is a need to build public policies that value and appropriate ColInfo actions for the development of skills necessary for the 21st century, focused on the cognitive, intrapersonal and interpersonal domains. In this context, it was considered an imperative given the informational paradigm dictated by the dynamics of information and communication technologies, in this digital era.

Keywords: Information Competence. ColInfo. Public Policy. National Research Council Report.



1 INTRODUÇÃO

A Competência em Informação (Colnfo) se caracteriza como ferramenta de capacitação, instrução e educação de indivíduos, junto às tecnologias digitais e mídias sociais, frente aos impactos e desafios impostos às sociedades contemporâneas, pois as tecnologias digitais e mídias são canais pelos quais a informação circula nos espaços sociais, enquanto instrumentos que compartilham conteúdos e espaços onde os debates públicos acontecem (Rosetto, 2021).

Os estudos em torno da temática no contexto brasileiro vêm crescendo de forma exponencial em diversos campos do conhecimento científico, sendo refletidos no âmbito da Ciência da Informação (CI), por se tratar de um movimento que se consolida, a partir das necessidades informacionais dos cidadãos, frente às competências exigidas para o século XXI, necessárias para a vida, cidadania e mercado de trabalho em um mundo em rápida transformação (Belluzo, 2020).

Para tanto, faz-se necessário refletir sobre políticas públicas que valorizem a construção de Colnfo que viabilizem as dimensões estabelecidas no Relatório da *National Research Council*, focadas em aprendizagem e desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como: domínio cognitivo (relacionado ao pensamento crítico e à resolução de problemas); domínio intrapessoal (voltado à gestão do próprio comportamento e das emoções para atingir metas) e; domínio interpessoal (refere-se à interação e comunicação com outras pessoas).

Nesse sentido, esse trabalho objetiva analisar o citado relatório, sob o olhar estratégico da Colnfo, uma vez que é amplamente utilizado por educadores e formuladores de políticas públicas como referencial técnico, fundamentando as abordagens de ensino focadas em aprendizagem profunda para o desenvolvimento de competências socioemocionais. Essa perspectiva de análise, torna-se relevante, uma vez que a Colnfo possibilita habilidades que auxiliam no processo de busca e uso da informação, que devem ser desenvolvidas pelos indivíduos desde muito cedo, por serem essenciais para suas atividades acadêmicas, trabalhistas e do cotidiano. Sua efetividade no contexto político e social contribuem para que o indivíduo reconheça seu papel na sociedade e utilize informação de maneira crítica para modificar o meio no qual se encontra. Desse modo, políticas públicas que valorizem ações de Colnfo são necessárias e devem ser refletidas de maneira sistêmica, a fim de abarcar não só os contextos gerais da sociedade que envolvam as tecnologias da informação e comunicação (TICs), mas também as peculiaridades informacionais regionais e específicas (Belluzo, 2014, 2020), por meio de diretrizes, programas e ações desenvolvidas pelo Estado para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e solucionar problemas de interesse público.



2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Sob perspectivas global e nacional, a Colnfo vem sendo refletida, quanto à função de possibilitar habilidades e capacidades técnicas que permitam os indivíduos serem capazes de compreender, utilizar e avaliar, criticamente, a informação de que precisam, para tomadas de decisão diante do fluxo crescente de informação na sociedade contemporânea (Belluzo, 2020). Em 2008, a *American Library Association* (ALA) criou o termo “Colnfo”, a fim de representar “[...] um conjunto de habilidades que exige que as pessoas reconheçam quando as informações são necessárias e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias” (Belluzo, 2020, p. 2).

Hoje, a Colnfo vem sendo refletida sob diversas abordagens, no que concerne ao processo contínuo de ensino-aprendizagem nos diversos ambientes de acesso, comunicação, transmissão e transferência de informação. Para a Belluzo (2020, p. 4), a Colnfo é conceituada “[...] como um fenômeno complexo, em contexto de evolução, que atua como um catalisador para a aprendizagem”, visando a construção de habilidades voltadas à busca, à avaliação, à compreensão e à utilização crítica da informação, de modo a capacitar os indivíduos, que antes eram consumidores passivos, em filtrar fontes, verificar a veracidade dos fatos, combater a desinformação e “[...] comunicar a informação de maneira ética e legal, sendo relacionada à cidadania, ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação e ao aprendizado ao longo da vida” (Belluzo, 2023, p. 8-9).

Voltando-se às políticas públicas, a Colnfo é capaz de proporcionar a capacitação de cidadãos para acessarem, avaliarem e utilizarem os dados públicos, garantindo a inclusão social e o pleno exercício da cidadania na sociedade da informação da era digital. Nesse sentido, a relação entre Colnfo e políticas públicas se caracteriza de maneira direta e bidirecional, ou seja, **da política para a competência**, onde o Estado cria políticas públicas para o desenvolvimento da Colnfo da população focadas na diminuição da exclusão digital e no combate à desinformação e **da competência para a política**, evocando cidadãos competentes em informação para fiscalizarem, por exemplo, os gastos públicos, pelo uso de portais de transparência e exigir direitos, fortalecendo os processos democráticos.



3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E DESAFIOS INFORMACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

No Brasil, caracterizadas como conjuntos de programas, ações e decisões adotadas pelos governos, com o fim de garantir direitos à população e atender às demandas da sociedade em detrimento dos problemas públicos, as políticas públicas passaram por momentos importantes na história, pelas lutas de grupos de classes distintas por seus interesses. Para Durlin (2008), as políticas públicas, materializadas nas leis e dadas como a forma em que governo age na prática, com foco social, foram marcadas por três períodos: primeiro, pelo controle da política e caracterizado pela ditadura de Getúlio Vargas pelo populismo nacionalista e pela ditadura militar; o segundo, pelas ações políticas voltadas principalmente à “política social”, visando apoiar, em equilíbrio, os interesses dos governos e suas comunidades e o terceiro período, quando a política social, realmente, aparece no Brasil, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando se reflete os temas Educação, Saúde, Área social e Trabalho etc.

Para Jesus, Simeão e Martins (2016), a participação da sociedade na formulação de políticas públicas sociais contextualizadas com a realidade social é um dos principais desafios, dada a importância de acompanhamento e avaliação dos cidadãos por meio das habilidades votadas à ColInfo. Nesse aspecto, dada a atual globalização da economia, bem como da nova ordem mundial e seus regimes de informação é imperativo que as políticas públicas auxiliem os indivíduos a compreenderem as nuances das novas culturas informacionais, apoiando a cidadania por meio da transparência ativa e combate às vulnerabilidades.

Segundo o Relatório da *National Research Council*, sob a perspectiva da ColInfo nos domínios cognitivo, intrapessoal e interpessoal, frisa-se que a maneira pela qual a ColInfo se configura diante dos desafios da era digital. O referido documento diz que, na contemporaneidade, o mundo evoca a necessidade de se desenvolver uma cultura de transferência de conhecimento, devido aos fluxos de informação e conhecimento da era digital, o que pressupõe maiores estudos e reflexões, como apresentado na figura 1.

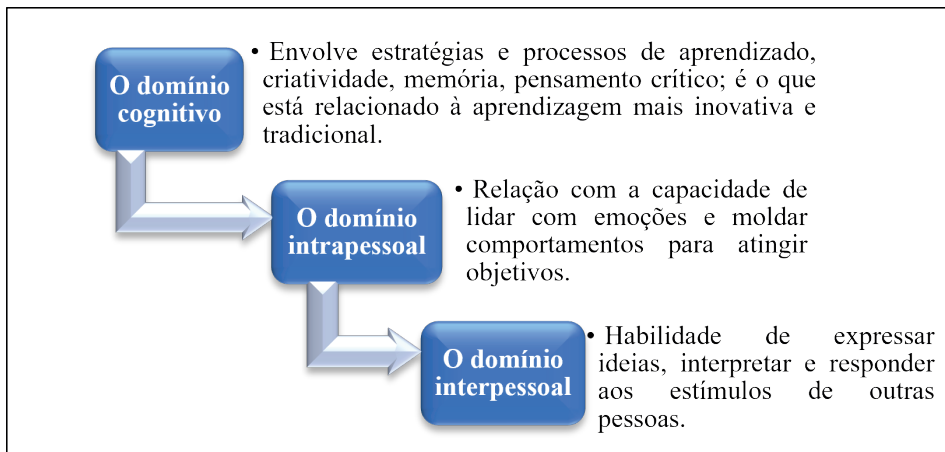
Figura 1 - ColInfo para o século XXI



Fonte: Relatório do *National Research Council* (2021).

Quanto aos domínios, afirma-se que se tratam de competências que precisam ser desenvolvidas, por meio de políticas públicas e sociais, como descrito no fluxograma 1.

Fluxograma 1 - Os três domínios para o século XXI



Fonte: Baseado no Relatório do *National Research Council* (2021).

Os três domínios, citados pelo Relatório estudado e alinhados às perspectivas da ColInfo, não são lineares e, portanto, trata-se de um processo contínuo no contexto da ColInfo para o século XXI. Pode-se inferir, ainda, que se os programas, projetos e diretrizes sociais incluírem como meta a ColInfo as ações voltadas à construção da cidadania ativa e crítica poderá funcionar de maneira contínua, adaptando suas estratégias às realidades locais, respeitando a cultura, a economia e as necessidades de cada região e especificidades dos indivíduos. Além disso, poderá reduzir as desigualdades, essencialmente as informacionais, promover a participação social e o desenvolvimento econômico.



4 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter descritivo e qualitativo, a qual visou refletir sobre a ColInfo no contexto das políticas públicas por meio de análise do Relatório da *National Research Council*, sob o olhar estratégico da ColInfo nos domínios cognitivo, intrapessoal e interpessoal. Para isso, foram utilizados os descritores “Competência em informação” e “Políticas Públicas”, com o operador booleano AND, na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), nos meses de novembro e dezembro de 2023. Durante a pesquisa, foram excluídos os documentos, cujos títulos, resumos e palavras-chave não refletiram os descritores supracitados.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colnfo é fundamental para formar sujeitos críticos, capazes lidarem com as tecnologias e mídias digitais, buscar, avaliar e disseminar boas informações, combater a desinformação, aprenderem continuamente com propósitos, de se desenvolverem, enquanto cidadãos, tornando-se protagonistas de vidas e participando efetivamente da vida social e da construção de políticas públicas e sociais.

Quanto às políticas públicas, quando baseadas em Colnfo, foi demonstrado que por meio dela se tem a organização das habilidades dos cidadãos em três principais domínios relacionando pensamento crítico à resolução de problemas. gestão das individualidades e emoções próprias dos cidadãos à flexibilidade, ética, resiliência e capacidade de aprender continuamente “Competência em informação” e “Políticas Públicas”, bem como a interação e comunicação ao trabalho colaborativo, tomadas de decisão consciente, liderança, empatia e comunicação eficaz.

Destarte, conclui-se afirmando que a Colnfo é um recurso e instrumento apto a impulsionar o progresso social atual, ancorado em políticas públicas, em todos os níveis, especialmente, nas de inclusão social e digital, considerando que vivemos na era digital.



REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995> . Acesso em: 28 maio 2026.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez.2020. Disponível em: <file:///C:/Users/maall/Desktop/pablonaba,+01+AR.pdf>. Acesso em: 02 maio 2026.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação, midiática e digital: reflexões desde suas origens às principais tendências em espaços econômicos, educacionais e culturais na era digital. **Infor**, Montevideo, v. 28, n. 2, p. 55-89, dic. 2023. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-13782023000200055&Ing=es&nrm=iso. Acesso em: 28 maio 2026.

DURLI, Z. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. *In*: Tânia Maria Hetkowski. (Org.). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador-BA: EDUFBA, 2008. p. 15-31.

JESUS, M. de S. de; SIMEÃO E. L. M. S.; MARTINS, W. de J. Rede sociotécnica na governança de políticas públicas: o contexto da comunicação extensiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 17-26, dez./mar., 2016. Disponível em: <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/13ad62c3-dacf-4da9-bd4b-980a19c0b8d5/content>. Acesso em: 28 maio 2026.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Education for life and work**: developing transferable knowledge and skills in the 21st century. Report briefing. Washington, DC: The National Academies Press, 2012. Disponível em: https://nap.nationalacademies.org/resource/13398/dbasse_070895.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

ROSETTO, M. Competência em informação e suas relações com a competência midiática e digital: uma nova lógica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1646>. Acesso em: 28 maio 2026.